

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações dos valores adicionados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CEB Distribuição S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações Contábeis Intermediárias da CEB Distribuição S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três meses findo naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas Demonstrações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Demonstrações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e de 31 de março de 2017, respectivamente, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos os relatórios datados em 27 de março de 2017 e 10 de maio de 2017, respectivamente, com ênfase em decorrência da incerteza quanto ao desfecho do processo específico, à época em andamento, em relação aos valores de superávit do "baixa renda" registrados na CEB Distribuição S.A. Conforme mencionado na nota explicativa 28, em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017, que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente dos referidos valores em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$97.631 mil, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

Brasília-DF, 11 de maio de 2018.



Subestação – Taguatinga DF

Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2018





CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
 CNPJ: 07.522.669/0001-92
 SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
 CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3465-9300

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

Ativo	Nota	R\$ mil		Passivo	Nota	R\$ mil	
		31/03/2018	31/12/2017			31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	49.072	74.222	Fornecedores	13	437.511	411.833
Contas a Receber	5	502.662	532.103	Tributos e Contribuições Sociais	14	175.350	179.909
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	39.485	38.798	Contribuição de Iluminação Pública	15	80.159	79.106
Estoques		7.296	7.251	Empréstimos e Financiamentos	16	170.776	125.029
Ativo Financeiro Setorial	7	906.095	922.668	Debêntures	17	66.976	64.641
Bens destinados à venda		-	-	Benefícios com empregados	18	2.242	5.815
Outros Créditos	8	81.647	64.507	Provisões e Encargos sobre Folha de Pagamento	19	53.799	49.487
				Consumidores		13.829	12.396
Total do Circulante		1.586.257	1.639.549	Passivo Financeiro Setorial	7	506.416	543.298
				Encargos do Consumidor a Recolher	20	91.793	78.447
				Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	21.626	17.859
				Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	22	4.576	4.012
				Outras Obrigações		10.263	11.319
				Total do Circulante		1.635.316	1.583.151
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Fornecedores		-	-
Contas a Receber	5	45.767	43.295	Tributos e Contribuições Sociais	14	211.038	201.746
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	6.535	5.836	Contribuição de Iluminação Pública	15	32.762	42.494
Ativo Financeiro de Concessões	9	142.467	140.856	Passivo Financeiro Setorial	7	39.985	32.563
Cauções e Depósitos Vinculados		7.798	7.798	Debêntures	17	43.897	61.988
Outros Créditos	8	7.505	7.451	Empréstimos e Financiamentos	16	194.293	255.313
				Benefícios a Empregados	18	270.535	166.427
Investimento	10	276.113	276.113	Superávit de Baixa Renda	24	75.213	74.036
Imobilizado	11	63.087	64.943	Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	22	74.064	73.721
Intangível	12	836.317	882.739	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	95.825	94.712
				Obrigações Vinculadas a Concessão		8.032	64.911
				Mútuos Controladas e Coligadas		-	-
				Outras Obrigações		8.359	9.741
Total do Não Circulante		1.385.589	1.429.031	Total do Não Circulante		1.054.003	1.077.652
				Patrimônio Líquido	25		
				Capital Social Realizado		763.182	763.182
				Recursos destinados ao aumento de capital		20.000	20.000
				Outros resultados abrangentes		(270.535)	(166.427)
				Prejuízos Acumulados		(230.120)	(208.978)
				Total do Patrimônio Líquido		282.527	407.777
Total do Ativo		2.971.846	3.068.580	Total do passivo e patrimônio líquido		2.971.846	3.068.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM:

	Nota	R\$ mil	
		Período de três meses findos em:	
		31/03/2018	31/03/2017
Receita Operacional Líquida	26.1	547.738	501.295
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(486.404)	(444.038)
Custo Com Energia Elétrica	26.2	(417.667)	(378.535)
Custo de Operação	26.3	(68.737)	(65.503)
Custo dos Serviços prestados		(458)	(169)
Lucro Bruto		60.876	57.088
Despesas Operacionais	26.4	(61.061)	(61.027)
Despesas Com Vendas		(27.039)	(40.934)
Despesas Gerais e Administrativas		(35.596)	(45.056)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		1.574	24.963
Resultado do Serviço		(185)	(3.939)
Resultado Financeiro	27	(13.547)	(16.249)
Receitas Financeiras		11.593	28.200
Despesas Financeiras		(25.140)	(44.449)
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes dos Tributos		(13.732)	(20.188)
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.1	(7.410)	5.714
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		-	(10.492)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		(7.410)	16.206
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		(21.142)	(14.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias



CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
CNPJ: 07.522.669/0001-92
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM:**

	R\$ mil	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado Líquido do Período	(21.142)	(14.474)
Outros Resultados Abrangentes		
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	(104.108)	(67.908)
Resultado Abrangente Total	(125.250)	(82.382)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

	R\$ mil				
	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Lucros/prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	580.532	79.079	(257.386)	(43.044)	359.181
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(14.474)	-	(14.474)
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	-	-	-	(67.909)	(67.909)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	29.570	-	-	29.570
Saldo em 31 de março de 2017	580.532	108.649	(271.860)	(110.953)	306.368
Saldo em 31 de dezembro de 2017	763.182	20.000	(208.978)	(166.427)	407.777
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(21.142)	-	(21.142)
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	-	-	-	(104.108)	(104.108)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	763.182	20.000	(230.120)	(270.535)	282.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

	R\$ mil	
	Período de três meses findos em:	
	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de consumidores	1.054.681	920.023
Rendimento das Aplicações	711	907
Juros Pagos - Serviço da Dívida	(12.014)	(15.080)
Fornecedores - Materiais e Serviços	(32.729)	(39.005)
Fornecedores - Energia Elétrica	(565.248)	(474.326)
Salários e encargos sociais	(65.489)	(64.303)
Impostos e contribuições	(181.278)	(232.789)
Contribuição de Iluminação Pública (CIP)	(49.585)	(32.215)
Encargos do consumidor	(125.584)	(42.761)
Outros encargos operacionais	(2.522)	(7.534)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.943	12.917
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos financeiros da concessão, intangíveis e imobilizados	(14.641)	(12.119)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(14.641)	(12.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Serviço da dívida – principal	(31.007)	(14.556)
Custos de transação	(445)	-
Adiantamento para aumento de Capital	-	13.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(31.452)	(1.556)
Aumento/Diminuição do Saldo Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(25.150)	(758)
Saldo de Caixa no Início do Período	74.222	36.878
Saldo de Caixa no Final do Período	49.072	36.120
Varição Líquida de Caixa	(25.150)	(758)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

	R\$ mil	
	31/03/2018	31/03/2017
Receitas	868.904	810.614
Vendas e Serviços	825.406	805.999
Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa	4.907	(24.610)
Receita de Construção – Concessão	22.710	15.371
Outros Resultados Operacionais	15.881	13.854
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	492.112	406.074
Custo de Energia Elétrica	417.667	378.535
Custo de Construção - Concessão	22.710	15.371
Material	364	553
Serviço de Terceiros	31.830	35.697
Provisões/Reversões (Exceto PECLD)	760	(23.937)
Outros	18.781	(145)
(=) Valor Adicionado Bruto	376.792	404.540
(-) Retenções (Depreciação e Amortização)	12.022	11.130
(=) Valor Adicionado Líquido	364.770	393.410
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferência	11.593	28.200
Receitas Financeiras	11.593	28.200
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	376.363	421.610
Distribuição do Valor Adicionado	376.363	421.610
Pessoal, Administradores e Encargos	43.434	57.134
Remunerações	20.713	30.456
Encargos Sociais (Exceto INSS)	14.903	7.758
Entidade de Previdência Privada	2.042	2.125
Participação no Resultado	-	-
Convênio Assistencial	3.866	11.153
Outros Benefícios	1.910	5.642
Impostos e Contribuições	238.931	239.044
Federal	78.412	77.653
Estadual e Municipal	160.519	161.391
Obrigações Intrassetoriais	90.000	95.457
Remuneração de Capitais de Terceiros	25.140	44.449
Despesas Financeiras	25.140	44.449
Remuneração de Capitais Próprios	(21.142)	(14.474)
Lucro (prejuízo) Líquido do Período	(21.142)	(14.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo social e informações gerais sobre a Companhia e a concessão

A CEB Distribuição S.A. (“Companhia”, “Distribuidora” ou “CEB D”) é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ nº 07.522.669/0001-92, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710/2001, de 24 de maio de 2001, e constituída em 20 de junho de 2005, através do processo de segregação das atividades da Companhia Energética de Brasília – CEB, com o objetivo principal de distribuir e comercializar energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada no endereço SIA - Área de Serviços Públicos - Lote C – Brasília / DF. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [<http://www.ceb.com.br/>].

Em 09 de dezembro de 2015, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, em que prorrogou a Concessão dos Serviços Públicos de Energia Elétrica da Companhia para 7 de julho de 2045.

A prorrogação da Concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração da CEB D, as quais consistem na busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

Por esse instrumento, a data do Reajuste Tarifário anual da CEB D foi alterada de 26 de agosto para 22 de outubro, e a Revisão Tarifária Ordinária passou a ocorrer com intervalo quinquenal.

O quarto aditivo ao contrato de concessão estabeleceu várias outras obrigações formais e materiais, além de critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais a Companhia será avaliada e que atuam como condicionantes para a manutenção da titularidade da concessão.

1.2 Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

A CEB D possui um elevado grau de endividamento, motivado principalmente pela captação de recursos de terceiros na busca pelo crescimento sustentável de suas atividades, conforme demonstrado no quadro seguinte:

	mar/18	2017	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos	365.069	380.342	224.926	282.828
Debêntures	110.873	126.629	181.812	129.139
Parcelamentos	78.680	89.909	309.000	188.900
(-) Caixa e Disponibilidades	(49.072)	(74.222)	(46.973)	(36.800)
Dívida Líquida	505.550	522.658	668.765	564.067
Variação Acumulada	-3%	-22%	19%	74%
Passivo Total	2.901.815	3.068.580	2.543.249	2.735.962
Índice Endividamento	17%	17%	26%	21%

Para combater essa fragilidade financeira, a Administração desenvolveu ao longo dos últimos três exercícios, um plano de trabalho que envolvia três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária.

Os ajustes pontuais e estruturais foram executados em 2015, 2016 e 2017, o que promoveram a redução da estrutura organizacional, bem como a otimização de atividades meio e finalísticas. Esses ajustes geraram diminuição dos custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, assim como propiciaram uma evolução positiva nas condições necessárias para garantir a continuidade operacional da Companhia.

A fase da reorganização societária, por sua vez, está prevista para o exercício de 2018, que consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás da controladora CEB, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015.

Os referidos recursos serão aportados na CEB D e contribuirão substancialmente para a redução do endividamento a níveis compatíveis com o mercado e as metas fixadas no quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas para o período findo em 31 de março de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS - *International Financial Reporting Standards*, em conformidade ao IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34, e ao Pronunciamento Técnico nº 21(R1), emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis Anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas IFRS.

A CEB D avaliou os eventos subsequentes até 11 de maio de 2018, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis intermediárias pela Diretoria Colegiada da Companhia.

2.2. Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis anuais e as Informações Financeiras Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as Demonstrações Contábeis Intermediárias para o período de três meses, findos em 31 de março de 2018.

A Companhia entende que as variações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias, em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/03/2018	31/12/2017	
1	1	Contexto Operacional e Informações Gerais
2	2	Apresentação das Demonstrações Financeiras
	3	Sumário das principais práticas contábeis
	4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos
3	5	Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de riscos
4	6	Caixa e equivalentes de caixa
5	7	Contas a receber
6	8	Tributos e contribuições sociais compensáveis
	9	Estoques
7	10	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais
	11	Bens destinados à venda
8	12	Outros créditos
9	13	Ativo financeiro da Concessão
10	14	Propriedade para investimento
11	15	Imobilizado
12	16	Intangível
13	17	Fornecedores
14	18	Tributos e contribuições sociais
15	19	Contribuição de iluminação pública - CIP
16	20	Empréstimos e financiamentos
17	21	Debêntures
18	22	Benefícios a empregados
19	23	Provisões e encargos sobre folha de pagamento
20	24	Encargos do Consumidor a recolher
21	25	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE)
22	26	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios
23	27	Contingências
24	28	Superávit de baixa renda
	29	Mútuos - Controladas e Coligadas
	30	Outras obrigações
25	31	Patrimônio Líquido
26	32	Desdobramento das contas de Resultado
	33	Lucro / (Prejuízo) por ação Básico e Diluído
31	34	Transação com partes relacionadas
32	35	Seguros
	36	Cauções e depósitos vinculados
33	37	Conciliação do Fluxo de Caixa com o Lucro Líquido
	38	Eventos Subsequentes

2.3. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens relevantes, reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativo financeiro indenizável é mensurado pelo valor justo (Nota Explicativa nº. 09).

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com derivativos.

3.2. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados como a melhor estimativa para apuração do valor justo destes instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Contábeis Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Não houve alterações relevantes dos riscos nem dos controles existentes durante o período de 3 meses findo em 31 de março de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Numerário Disponível	30.718	37.980
Aplicações Financeiras	18.354	36.242
Total	49.072	74.222

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras está entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber

5.1. Composição e classificação por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	31/03/18	31/12/17
Residencial	68.484	88.580	32.068	7.897	197.029	196.857
Industrial	3.958	2.971	190	1.435	8.554	9.883
Comércio, Serviços e Outros	56.800	30.962	8.521	15.369	111.652	114.938
Rural	3.140	3.612	1.413	639	8.804	8.109
Poder Público	23.657	10.752	4.690	29.717	68.816	64.554
Iluminação Pública	13.262	-	-	24.483	37.745	39.034
Serviço Público	10.899	-	-	-	10.899	10.992
Subtotal Consumidores	180.200	136.877	46.882	79.540	443.499	444.367
Serviço Taxado					1.151	1.347
Concessionárias e Permissionárias					1.050	1.574
Serviços Prestados a Terceiros					14.831	12.337
Contribuição do Consumidor					8.095	8.727
Fornecimento Não Faturado					131.866	143.230
Parcelamentos a Faturar CP e LP					44.668	43.823
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE					29.199	55.456
Arrecadação a Classificar					(16.109)	(21.261)
Outros					2.633	3.158
Total a Receber Bruto					660.883	692.758
Perda Estimada - PECLD					(112.454)	(117.360)
Total a Receber Líquido					548.429	575.398
Circulante					502.662	532.103
Não Circulante					45.767	43.295

5.2. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

i. Composição da PECLD

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos.

Segue a composição das faixas de atraso sujeitas à PECLD:

	31/03/2018	31/12/2017
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	(33.469)	(38.855)
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	(838)	(959)
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	(24.098)	(21.468)
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	-	(268)
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	(29.401)	(31.163)
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	(24.640)	(24.640)
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias	(8)	(8)
Total	(112.454)	(117.360)

ii. Movimentação da PECLD

A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(117.360)
Adições	(39.473)
Reversões	44.379
Saldo em 31 de março de 2018	(112.454)

iii. Créditos com o Governo do Distrito Federal

Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o Governo do Distrito Federal - GDF por idade de vencimento:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldos Vincendos	32.559	34.550
Vencidos até 90 dias	9.515	12.452
Vencidos de 91 a 360 dias	8.439	9.306
Vencidos há mais de 360 dias	51.677	53.169
Total a Receber Bruto	102.190	109.477
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(51.677)	(53.169)
Total a Receber Líquido	50.513	56.308

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	23.427	22.399
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	10.381	9.567
ICMS/ISSQN a Compensar	11.014	11.474
Outros Créditos Compensáveis	1.198	1.193
Total	46.020	44.634
Circulante	39.485	38.798
Não Circulante	6.535	5.836

7. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Os Ativos Financeiros Setoriais se referem aos efeitos positivos (constituição e atualização) e negativos (amortizações) da variação entre os reajustes tarifários anuais e parte dos itens de custos não gerenciáveis da Companhia.

Os Passivos Financeiros Setoriais, por sua vez, referem-se aos efeitos negativos (constituição e atualização) e positivos (amortizações) da variação entre os reajustes tarifários anuais e parte dos itens de custos não gerenciáveis da Companhia.

As movimentações considerando as constituições, atualizações e amortizações no período de três meses findo em 31 de maio de 2018 são apresentadas na tabela a seguir:

	31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferências	31/03/2018
Ativos Financeiros Setoriais (CVA)	599.276	(267.149)	(31.720)	(20.532)	-	279.875
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	574.748	(268.894)	(29.013)	(20.630)	-	256.211
Energia Adquirida - PROINFA	539	104	(148)	14	-	509
Transporte Rede Básica	15.351	963	(1.710)	15	-	14.619
Transporte de Energia - Itaipu	8.638	678	(849)	69	-	8.536
Demais Ativos Financeiros Setoriais	323.392	362.683	(59.632)	26.094	(26.317)	626.220
Neutralidade da Parcela A	50.060	12.072	(10.429)	379	-	52.082
Sobrecontratação de Energia	3.182	387.505	(873)	24.263	(26.317)	387.760
Angra	21.803	-	(5.981)	180	-	16.002
Risco Hidrológico	96.060	-	(26.350)	792	-	70.502
Financeiros Mercado Curto Prazo	58.270	-	(15.984)	480	-	42.766
Competência	93.962	(36.894)	-	-	-	57.068
Outros	55	-	(15)	-	-	40
Total Ativos Financeiros Setoriais	922.668	95.534	(91.352)	5.562	(26.317)	906.095
Circulante	922.668	95.534	(91.352)	5.562	(26.317)	906.095
Não Circulante	-	-	-	-	-	-

	31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferências	31/03/2018
Passivos Financeiros Setoriais (CVA)	234.720	34.555	(41.492)	4.086	-	231.869
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	3.711	-	(1.021)	37	-	2.727
Energia Adquirida - PROINFA	3.240	(26)	(884)	30	-	2.360
Encargo Serviço Sistema - ESS	153.181	27.057	(22.878)	2.849	-	160.209
Conta Desenv Energético - CDE	74.588	7.524	(16.709)	1.170	-	66.573
Demais Passivos Financeiros Setoriais	341.141	-	(7.965)	7.673	(26.317)	314.532
Sobrecontratação de Energia	96.348	-	-	-	(26.317)	70.031
Exposição Submercados	307	-	(84)	3	-	226
Devoluções Tarifárias UD/ER	32.563	-	-	7.422	-	39.985
Baixa Renda	20.560	-	(5.640)	169	-	15.089
Reversão Financeira MCP	69.175	-	-	-	-	69.175
Risco Hidrológico	114.037	-	-	-	-	114.037
Outros	8.151	-	(2.241)	79	-	5.989
Total Passivos Financeiros Setoriais	575.861	34.555	(49.457)	11.759	(26.317)	546.401
Circulante	543.298	34.555	(49.457)	4.337	(26.317)	506.416
Não Circulante	32.563	-	-	7.422	-	39.985

8. Outros créditos

Segue a composição de Outros Créditos para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	31/03/2018	31/12/2017
Despesas pagas Antecipadamente (a)	10.137	8.411
Créditos a empregados	9.137	5.708
Fundação de Previdência – FACEB (b)	6.219	8.783
Serviços em Curso (c)	26.358	24.794
Desativações em Curso	1.447	2.578
Aporte CDE - Decreto 7.945/2013 (d)	19.881	7.029
Pessoal Cedido	1.746	1.891
Aplicações Financeiras (e)	6.465	6.414
Outros	7.762	6.350
Total	89.152	71.958
Circulante	81.647	64.507
Não circulante	7.505	7.451

- (a) Trata-se sobretudo da quota do Programa de Fontes Alternativas – PROINFA, criado pela Lei nº 10.438/2002, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica. O valor de custeio do Programa é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias e repassadas à Eletrobras;
- (b) Antecipações de valores relativos aos Planos de Saúde operados pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, bem como às garantias financeiras, traduzidas na exigência de provisões técnicas, ativos garantidores e recursos próprios mínimos, exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- (c) Projetos de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, os quais são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, após o encerramento formal do Projeto;
- (d) Diferença Mensal de Receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários; e
- (e) Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a Companhia e o Credit Suisse, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no Credit Suisse, cuja rentabilidade está fixada em 100% do CDI.

9. Ativo financeiro de concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	140.856
Adições	128
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão ao Valor Novo de Reposição (VNR)	1.483
Saldo em 31 de março de 2018	142.467

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos até o encerramento destas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

10. Propriedade para investimento

Imóveis	Localidade				Valor Justo	Data da
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	Avaliação
Terreno	SRJA QE 20 Lote M - Guará	1.200 m ²	20	20	2.646	set/17
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF	284.160 m ²	274.400	274.400	346.307	set/17
Terreno	SHS, Quadra Interna 13, Lote "G" - Lago Sul	1.600 m ²	124	124	3.456	fev/18
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	897	897	25.756	fev/18
Edificações	Edificações da QI 10 lotes 25 a 38/DF	1.040 m ²	672	672	636	fev/18
			276.113	276.113	378.801	

Os valores justos dos bens foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas. A Companhia entende que estes valores estão em conformidade com as expectativas de mercado.

O terreno localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF integra o rol de garantias oferecidas na 1º e 2º emissão de debêntures.

11. Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado estão demonstrados conforme a seguir:

	Taxa de depreciação	31/12/17	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depreciação	31/03/18
Imobilizado em serviço							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0 a 4%	4.292				(49)	4.243
Máquinas e Equipamentos	3,3 a 6,7%	5.998			21	(308)	5.711
Veículos	20%	8.231				(676)	7.555
Móveis e Utensílios	10%	3.906				(121)	3.785
Imobilizado em curso							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-					-
Máquinas e Equipamentos		4	31		(21)		14
Transformação, Fabricação e Reparos de Material		752	819				1.571
Material em Depósito		41.229	2.700		(4.257)		39.672
Adiantamento a Fornecedor		-					-
Outros		531	5				536
Total		64.943					63.087

12. Intangível

	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	31/03/2018
Intangível em serviço					
Direito de uso da concessão	711.700		7.923	(9.710)	
Outros intangíveis	37.503			(2.541)	
Intangível em curso					
Direito de uso da concessão	133.536	7.532	8.051		(57.677)
Total	882.739	7.532	15.974	(12.251)	(57.677)

13. Fornecedores

A rubrica Suprimento de Energia é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

	31/03/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia Elétrica	351.922	338.747
Encargos de Uso de Rede Elétrica	53.469	38.435
Materiais e Serviços	32.120	34.651
Total	437.511	411.833
Circulante	437.511	411.833
Não Circulante		-

13.1. Parcelamento CEB Lajeado

Em dezembro de 2016 a Companhia assinou contrato de parcelamento de dívida com a empresa CEB Lajeado S/A, em 24 parcelas, referente às faturas de energia elétrica pendentes de pagamento, atualizadas até 31 de dezembro de 2016, pelo valor de R\$ 16.356, com incidência de juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGP-M.

Em 31 de março de 2018, o saldo devedor do parcelamento totalizou R\$ 6.238 mil.

14. Tributos e contribuições sociais

	31/03/2018	31/12/2017
ICMS	163.860	167.972
ISS	466	600
IRPJ Diferido	127.977	122.528
IRPJ Corrente	-	-
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	802	1.309
COFINS	5.586	1.981
COFINS Diferida	30.376	28.832
PIS	1.205	422
PIS Diferido	6.595	6.260
CSLL Diferida	46.089	44.127
CSLL corrente	-	-
INSS	2.359	2.875
Parcelamento de impostos	1.073	3.337
Outros	-	1.412
Total	386.388	381.655
Circulante	175.350	179.909
Não Circulante	211.038	201.746

14.1. Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

	31/03/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(21.142)	(21.142)	143.500	143.500
Adições(exclusões) permanentes	3.737	3.737	29.155	29.155
Adições(exclusões) temporárias	(28.414)	(28.414)	(309.338)	(309.338)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(45.819)	(45.819)	(136.682)	(136.682)
(-)Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo	(45.819)	(45.819)	(136.682)	(136.682)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferido CVA	20.311	20.311	272.207	272.207
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferido CVA	5.078	1.828	68.051	24.498
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferido VNR	1.483	1.483	7.474	7.474
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferido VNR	371	133	1.869	673
Total Imposto de renda e contribuição social diferido	5.449	1.961	69.920	25.171
Total despesa de imposto de renda e contribuição social no período	5.449	1.961	69.920	25.171

14.2. Ativos e passivos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não registrou os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, até que os resultados da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável, conforme determinado pela legislação. Segue abaixo o demonstrativo dos créditos não ativados em 31 de março de 2018:

	31/03/2018	31/12/2017
Provisões Para Riscos Regulatórios	22.470	21.866
Provisões Para Riscos Cíveis	232	23
Provisões Para Riscos Trabalhistas	2.986	1.599
Provisão Para Participação nos Resultados	3.638	3.638
Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa	36.305	37.973
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	179.371	165.684
Provisão Plano Assistencial	490	327
Provisão Energia Comprada	10.954	15.883
Outras Provisões	15.454	14.263
Total	271.900	261.257

15. Contribuição de Iluminação Pública - CIP

Demonstramos a seguir a movimentação para o passivo total relativa à Contribuição de Iluminação Pública ocorrida no período:

	Mov. Faturado	Mov. Arrecadado	Mov. Parcelado	Saldo Total
Saldo em 31/12/2017	22.711	17.158	81.731	121.600
Faturamento	50.194	-	-	50.194
Arrecadação	(49.726)	49.726	-	-
Atualização	-	-	508	508
Repassse	-	(49.585)	(9.796)	(59.381)
Saldo em 31/03/2018	23.179	17.299	72.443	112.921
Circulante	23.179	17.299	39.681	80.159
Não Circulante	-	-	32.762	32.762

Em 23 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei nº. 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à Companhia, preparatórias à renovação do Contrato de Concessão de distribuição de energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014. O valor do parcelamento foi de R\$ 161.875, com vencimento no 15º dia útil de cada mês.

16. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	31/03/2018	31/12/2017	Encargos
ELETROBRÁS	452	496	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	21.559	25.280	Juros de 10% a.a. atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	1.763	2.013	Juros de 4,5% a.m.
Caixa Econômica Federal	59.720	65.107	140% do CDI Cetip (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	30.019	30.799	6% a.a. + TJLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	11.667	12.771	5% a.a. + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	15.168	16.705	5% a.a. + TJLP
Banco BCV	5.257	6.753	6,5% a.a. + CDI Cetip
BBM	78.958	80.023	CDI + 4% a.a.
FIBRA	60.809	60.425	CDI + 4,5% a.a.
SOFISA	20.071	20.077	CDI + 4,5% a.a.
DAYCOVAL	60.754	61.331	CDI + 4% a.a.
Custo de Transação	(1.128)	(1.438)	
Total	365.069	380.342	
Circulante	170.776	125.029	
Não Circulante	194.293	255.313	

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	380.342
Captação de empréstimos	-
Amortizações de principal	(14.531)
Encargos Financeiros Pagos	(7.971)
Variação monetária	(122)
Encargos Incorridos	7.041
Custo de Transação	310
Saldo em 31 de março de 2018	365.069

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas “*covenants*” não financeiros de vencimento antecipado.

Em 31 de março de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes, detalhados na Nota Explicativa nº 20, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram cumpridas pela Companhia.

16.1. Composição dos empréstimos e sua respectiva amortização

Empréstimos	2018	2019	2020	2021+	Total
ELETOBRÁS	130	147	112	63	452
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	8.166	4.218	4.218	4.957	21.559
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	750	1.000	-	13	1.763
Caixa Econômica Federal	19.220	22.989	17.242	269	59.720
Caixa Econômica Federal/BNDES	4.277	5.703	5.703	14.336	30.019
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.328	3.104	3.104	3.131	11.667
Caixa Econômica Federal/BNDES	3.509	4.678	4.678	2.303	15.168
Banco BCV	3.700	939	-	618	5.257
BBM	4.453	26.667	15.556	32.282	78.958
FIBRA	60.242	-	-	567	60.809
SOFISA	3.333	6.667	6.667	3.404	20.071
DAYCOVAL		20.384	20.384	19.986	60.754
Total	110.108	96.496	77.664	81.929	366.197
Custo de Transação					(1.128)
Total Líquido					365.069

A CEB Distribuição S.A. firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF), em 2014, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interveniante/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interveniante Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu sua primeira operação de financiamento no ano de 2017 junto ao Banco FIBRA. Foi contratado o valor de R\$ 60.000 a serem pagos, após carência de 6 meses, ao custo de captação de CDI+4,5% ao ano, durante 6 meses. Adicionalmente, em 16 de outubro de 2017, foi concluída a segunda operação de financiamento no ano de 2017 junto ao Banco BBM. Foi contratado o valor de R\$ 80.000 a serem pagos, após carência de 12 meses, ao custo de captação de CDI+4% ao ano, durante 36 meses. Em seguida, em 12 de dezembro de 2017, foi concluída a terceira operação de financiamento do ano junto ao banco Sofisa. Foi contratado o valor de R\$ 20.000 a serem pagos, após carência de 6 meses, ao custo de captação de CDI+4,5% ao ano, durante 30 meses. Finalmente, em 18 de dezembro de 2017, foi concluída o último financiamento do ano junto ao banco Daycoval. Foi contratado o valor de R\$ 61.151 a serem pagos, após carência de 12 meses, ao custo de captação de CDI+4,0% ao ano, durante 24 meses.

17. Debêntures

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias
1ª Emissão – Série Única	1.300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de Imóvel
2ª Emissão – Série Única	710	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2017.	Recebíveis + Alienação de Imóvel

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	66.420	44.592	111.012	64.630	62.775	127.405
Encargos	944	-	944	443	-	443
Custo de transação	(388)	(695)	(1.083)	(432)	(787)	(1.219)
Saldo Final	66.976	43.897	110.873	64.641	61.988	126.629

A movimentação das Debêntures é demonstrada no quadro seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	126.629
Encargos Incorridos	4.548
Custo de Transação	135
Encargos Pagos	(4.046)
Amortização Principal	(16.479)
Deságio	86
Saldo em 31 de março de 2018	110.873
Circulante	65.412
Não Circulante	45.461

O saldo de Debêntures, desconsiderando as atualizações monetárias, tem seus vencimentos assim programados:

	2018	2019	2020	Total
Debêntures	48.885	46.024	15.964	110.873

Condições restritivas:

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante disponível para venda, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

O Banco Credit Suisse possui cláusula de exclusividade para conduzir qualquer operação de emissão de novas debêntures a ser realizada pela Companhia durante a vigência do contrato.

18. Benefícios a empregados

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Plano de Previdência	271.267	171.209
Plano de Assistência	1.510	1.033
Total	272.777	172.242
Circulante	2.242	5.815
Não Circulante	270.535	166.427

18.1. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e aos seus dependentes, bem como é operadora de Plano de Saúde, conforme apresentado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida
Plano de Saúde da CEB –Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício Definido
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Para operacionalização dos novos planos de saúde foi necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos. Tais aportes visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS.

18.2. Premissas atuariais

	Plano Complementar	
	31/08/2018	31/12/2017
Financeira		
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	4,61%	5,04%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	4,24%	4,24%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do Plano	4,24%	4,24%
Taxa anual da Inflação futura	4,24%	4,24%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do Plano	9,05%	9,49%
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Tábua de morbidez	Não usada	Não usada
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano

18.3. Plano Assistencial e Previdenciário

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário
Valor Justo dos Ativos dos Planos	
Valor justo dos ativos do Plano em 31/12/2017	1.404.580
Retorno esperado dos ativos do plano	32.165
Ganhos/(Perdas) atuariais	(26.948)
Contribuições do Patrocinador	1.338
Contribuições do participante do Plano	1.337
Benefícios pagos pelo plano	(25.047)
Valor justo dos ativos do Plano em 31/03/2018	1.387.425
Valor presente das Obrigações atuariais	
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2017	(1.571.007)
Custo do serviço corrente	(2.918)
Custo dos juros	(35.976)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(76.371)
Benefícios pagos pelo plano	25.047
Valor presente da obrigação atuarial em 31/03/2018	(1.661.225)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.661.225, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.387.425 resultou em um déficit de R\$ 273.800, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial.

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

Descrição	Plano Previdenciário
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2017	(166.427)
Contribuições aportadas no plano	1.338
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(103.319)
Despesas do exercício	(5.392)
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de março de 2018	(273.800)

Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, apresentando em março de 2018 um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em dezembro de 2017, se deve a dois fatores principais: a) alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou um aumento da obrigação atuarial de R\$ 79.501.868,22, que representa 4,79% da referida obrigação atuarial em 31/03/2018; e b) redução no valor justo dos ativos, cujo montante foi de R\$ 17.154.605,12. As demais causas, decorrentes da experiência normal do plano foram responsáveis por R\$ 10.715.889,46.

Plano Assistencial

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a Companhia não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

19. Provisões e encargos sobre folha de pagamento

	31/03/2018	31/12/2017
13º Salário	2.044	-
Férias	12.917	12.340
Provisão - FACEB s/ Férias	97	-
Abono Assiduidade	3.761	4.196
Provisão INSS	15.524	14.000
Provisão de FGTS sobre Férias e 13º Salário	8.421	7.639
Provisão Participação no Resultado (a)	10.816	10.771
Outros	219	542
Total	53.799	49.487

(a) A provisão para a Participação nos Lucros e Resultados - PLR foi apurada com base no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT (2017/2018), o qual prevê a distribuição aos empregados de 20% do lucro do exercício de 2017, sendo 12% vinculado aos indicadores e às metas estabelecidas e 8% sem vinculação.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	31/03/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.158	48.464
Taxa Fiscalização do Serv. Energia Elétrica	712	712
Bandeiras Tarifárias	7.158	27.146
Demais Encargos Setoriais	75.765	2.125
Total	91.793	78.447

21. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE)

	31/03/2018	31/12/2017
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	39.674	38.224
Programa de Eficiência Energética (PEE)	74.143	71.299
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	664	972
Programa Nacional de Conserv. de Energia Elétrica (PROCEL)	2.638	1.928
Ministério de Minas e Energia (MME)	332	148
Total	117.451	112.571
Circulante	21.626	17.859
Não Circulante	95.825	94.712

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no Passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do Período de 2018 a 2022 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios

	31/12/2017	Constituição	Baixa/Reversão	Atualização	31/03/2018
Trabalhistas	5.221	3.773	-	113	9.107
Cíveis	2.974	186	(30)	296	3.426
Regulatórias	69.538	-	(4.232)	801	66.107
Total	77.733	3.959	(4.262)	1.210	78.640
Circulante	4.012				4.576
Não Circulante	73.721				74.064

A Companhia está discutindo, nas esferas administrativa e judicial, autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como, extrapolação dos limites de DEC/FEC, obrigações acessórias, contábeis e financeiras, assim como procedimentos da atividade comercial.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

23. Contingências

23.1. Risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Segue a composição das contingências possíveis da Companhia por natureza:

	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	10.088	1.425
Cíveis	5.226	2.239
Regulatórias (a)	744	-
Total	16.058	3.664

(a) A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito, reconheceu como probabilidade possível o processo sobre o efeito suspensivo relativa ao Superávit de Receita do Baixa Renda, conforme apresentado na Nota Explicativa 24.

23.2. Ativo Contingencial

A CEB D possui Ativos Contingenciais originários de eventos passados e que poderão ser confirmados pela ocorrência de eventos futuros incertos, os quais não deverão ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Segue demonstrativo:

	31/03/2018	31/12/2017
Fiscais	-	-
Trabalhistas	-	-
Cíveis	23.787	13.895
Regulatórias	-	-
Total	23.787	13.895

24. Superávit de Baixa renda

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superávit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB-D, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Até a emissão destas Demonstrações Contábeis Intermediárias, a Agência Reguladora não havia se pronunciado.

Segue a movimentação do Superávit de Baixa Renda para o período:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	74.036
Atualização no período	1.177
Saldo final em 31 de março de 2018	75.213

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2018 é de R\$ 763.182, dividido em 763.181.602 (setecentos e sessenta e três milhões, cento e oitenta e um mil e seiscentos e dois) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

25.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

A CEB D possui recursos destinados ao Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 20.000 (R\$ 79.079 em 31 de dezembro de 2016) proveniente da Controladora CEB.

25.3. Prejuízo Acumulado

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2018, prejuízos acumulados no valor de R\$ 230.120 (R\$ 208.978 em 31 de dezembro de 2017).

25.4. Outros Resultados Abrangentes

A Companhia possui Outros Resultados Abrangentes devido ao Déficit Atuarial com origem no Plano Previdencial de Benefício Definido – BD, administrado pela Fundação de Previdência de Empregados da CEB, no valor de R\$ 270.535 (R\$ 166.427 em 31 de dezembro de 2017).

26. Desdobramento das Contas de Resultado

26.1. Receita Operacional Líquida

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Fornecimento de Energia Elétrica	791.966	796.957
Energia de Curto Prazo	4.674	71.266
Recursos de "Parcela A" e Outros Itens Financeiros	12.212	(75.367)
Receita de Construção	22.710	15.371
Aporte de Recursos da CDE	13.470	11.887
Receita de Prestação de Serviços	236	152
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	8.444	5.432
Arrendamento e Aluguéis	7.874	7.559
Outras Receitas	418	681
Receita Operacional Bruta	862.004	833.938
Impostos	(224.266)	(237.186)
Encargos do Consumidor	(90.000)	(95.457)
Receita Operacional Líquida	547.738	501.295

26.2. Custo do Serviço com energia elétrica

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(316.550)	(314.643)
Energia Elétrica Comprada p/ revenda Curto Prazo	(23.339)	(38.690)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(77.778)	(25.202)
Total	(417.667)	(378.535)

26.3. Custo com Operação

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Pessoal e Administradores	(24.142)	(28.587)
Entidade de Previdência Privada	(1.320)	(1.401)
Material	(266)	(421)
Custo de Construção	(22.710)	(15.371)
Serviço de Terceiros	(10.328)	(11.108)
Depreciação e Amortização	(9.095)	(8.303)
Outros Custos	(876)	(312)
Total	(68.737)	(65.503)

26.4. Despesas operacionais

26.4.1. Despesas com Vendas

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Pessoal e Administradores	(5.069)	(5.871)
Entidade de Previdência Privada	(247)	(291)
Material	(44)	(20)
Serviço de Terceiros	(11.287)	(13.149)
Propaganda e Publicidade	(36)	(533)
Compensação a consumidores	(3.665)	(2.481)
Provisão(Reversão) Devedores Duvidosos	4.907	(9.180)
Perdas Dedutíveis - Lei 9.430/96	(23.570)	(15.430)
Receita de Recuperação de perdas - Lei 9.430/96	12.124	6.158
Outras Despesas com Vendas	(152)	(137)
Total	(27.039)	(40.934)

26.4.2. Despesas Gerais e Administrativas

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Pessoal e Administradores	(19.361)	(27.197)
Entidade de Previdência Privada	(450)	(433)
Material	(54)	(113)
Serviços de Terceiros	(10.215)	(11.439)
Depreciação e Amortização	(2.927)	(2.827)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(2.589)	(3.047)
Total	(35.596)	(45.056)

26.4.3. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Outras Receitas	10.673	40.081
Reversões contingências Cíveis e Trabalhistas	30	624
Reversões Provisão Assistencial	4.076	37.790
Reversão Provisões contingências regulatórias	4.233	321
Receita Atualização Ativo Financeiro - VNR	1.483	1.212
Receita Créd. Trib. Transitado em Julgamento	183	22
Outras Receitas Operacionais	768	126
(-) Tributos sobre Outras Receitas(PIS e COFINS)	(100)	(14)
Outras Despesas	(9.099)	(15.118)

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Provisões contingências Cíveis e Trabalhistas	(4.376)	(1.050)
Provisões contingências regulatórias	-	(2.239)
Provisão Plano Assistencial	(4.554)	(10.851)
Outras Provisões	(169)	(657)
Multa ANEEL	-	(321)
Total	1.574	24.963

27. Resultado Financeiro

	Três meses findos em 31/03/2018	Três meses findos em 31/03/2017
Receita Financeira	11.593	28.200
Acréscimo Moratório em Conta de Energia	8.111	8.906
Atualizações Monetárias	2.500	2.689
Variação cambial sobre a Fatura Elétrica	9	5.722
Multas e Penalidades Aplicadas	791	622
Rendimentos de Aplicações Financeiras	711	1.377
Atualização do Ativo Financeiro Setorial	-	9.787
Outras Receitas Financeiras	5	7
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras (PIS e COFINS)	(534)	(910)
Despesas Financeiras	(25.140)	(44.449)
Encargos de Dívidas	(12.760)	(21.281)
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	(1.601)	-
Atualizações Monetárias	(3.991)	(12.103)
Multas e Penalidades Aplicadas	(6.258)	-
Atualização do Passivo Financeiro Setorial	(501)	(9.129)
Recuperação de Despesas Financeiras	-	-
Outras Despesas Financeiras	(29)	(1.936)
Total	(13.547)	(16.249)

28. Transações com partes relacionadas

28.1. Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Apresentamos a seguir o resumo da remuneração dos diretores/conselheiros:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	816	477
Demais Benefícios de curto prazo	30	144
Total	846	621

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

28.2. Composição e saldo das transações com partes relacionadas

	Item	31/03/2018	31/12/2017
Ativos		53.170	60.540
Créditos a receber da Controladora Companhia Energética de Brasília-CEB	a)	750	863
Créditos a receber da empresa CEB Geração S.A.	a)	82	-
Créditos a receber da empresa CEB Participação S.A.	a)	23	24
Créditos a receber da empresa CEB Lajeado S.A.	a)	35	74
Créditos a receber da Terracap	a)	133	139
Créditos a receber do DFTRANS	a)	14	14
Créditos a receber da Secretaria de Gestão Administrativa - SEGADDF	a)	22	21
Créditos a receber da Câmara Legislativa do DF	a)	49	54
Contas a receber de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	b)	50.513	56.308
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CEB Geração S/A	e)	53	104
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Corumbá Concessões S/A	e)	369	1.814
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Energética Corumbá III	e)	90	88
Companhia Energética de Brasília - CEB - GDF	g)	1.037	1.037
Passivo da CEB Distribuição		146.778	167.568
Fornecedor Suprimento - CEB Lajeado S.A.	c)	16.652	21.477
Fornecedor Suprimento - Corumbá Concessões S.A.	c)	18.902	19.208
Fornecedor Suprimento - Energética Corumbá III	c)	4.183	5.283
Contribuição Iluminação Pública - GDF	d)	107.041	121.600
Mútuo - CEB Holding	f)	-	-
		31/03/2018	31/03/2017
Resultado da CEB Distribuição		15.220	33.603
Energia comprada para revenda da CEB Lajeado S.A.	c)	(33.719)	(29.315)
Energia comprada para revenda da Corumbá Concessões S.A.	c)	(42.183)	(35.613)
Energia comprada para revenda da Energética Corumbá III	c)	(9.335)	(9.047)
Jurus Mútuo	f)	-	(289)
Receita de fornecimento de energia e serviços (GDF)		98.453	115.314
Receita pela Disponibilidade da Rede - CEB Geração S/A	e)	53	175
Receita pela Disponibilidade da Rede - Corumbá Concessões S/A	e)	369	1.055
Receita pela Disponibilidade da Rede - Energética Corumbá III S/A	e)	90	297
Provisão do contas a receber GDF (acima de 360 dias)	g)	1.492	1.145

- (a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB e também a órgãos do Governo do Distrito Federal. As empresas e os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- (b) Fornecimento de energia elétrica ao GDF.
- (c) Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2035. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

- (d) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A. na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores.
- (e) As empresas CEB Geração S/A, Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III tem acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica da Companhia e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- (f) Contrato Mútuo 01/2016 entre a CEB Distribuição e a Controladora Companhia Energética de Brasília - CEB.
- (g) Ressarcimentos de custos na prestação de serviços conjuntos.

29. Seguros (Não revisados pela Auditoria Independente)

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 30 de dezembro de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.800 e a importância segurada de R\$ 620,6 milhões.

30. Conciliação do Fluxo de Caixa com o Lucro Líquido

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(13.732)	(20.188)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período	156.905	14.518
Depreciação e Amortização	(13.405)	(12.212)
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	4.906	9.180
Atualização e Encargos Empréstimos	(105)	(5.747)
Constituições de provisões	-	(550)
Atualizações CIP	508	1.432
Déficit/Superávit Planos de benefícios	100.535	30.834
Tributos Diferidos	62.076	(13.294)
Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	907	3.664
Ajustes a Valor presente	1.483	1.211
Outras provisões		
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais	105.292	104.691
Contas a Receber	31.875	8.279
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(1.386)	55.012
Estoques	(45)	(2.874)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	92.166	78.760
Ativo Financeiro de Concessões	(128)	(3)
Créditos com empregados	-	579
Demais Créditos	(17.190)	(35.062)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais	(199.393)	(66.353)
Fornecedores	25.678	(31.125)
Obrigações Tributárias	4.733	(37.883)
Contribuição de Iluminação Pública	(9.187)	(8.378)
Encargos Regulatórios	13.346	2.537

	31/03/2018	31/03/2017
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	4.880	6.570
Superávit Baixa Renda		4.256
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(185.274)	14.863
Benefícios Pós-Emprego	4.312	-
Obrigações Vinculadas a Concessão	(56.879)	(2.487)
Demais Obrigações	(1.002)	(14.706)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	49.072	32.668
Pagamento de Juros – Mútuo	-	-
Pagamento de Encargos da Dívida	-	-
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	49.072	32.668

Brasília, 11 de maio de 2018.

Mauricio Alvares da Silva Velloso Ferreira
 Diretor Geral

Raphael Ehlers dos Santos
 Diretor de Gestão

Wagner Oliveira Gomes
 Diretor Comercial

Mauro Martinelli Pereira
 Diretor de Distribuição

Flazico Pereira de Castro
 Diretor Financeiro

Hamilton Carlos Naves
 Diretor de Regulação

Thiago Cavalcante Santos
 Superintendente Contábil
 Contador CRC/DF nº 022.977-O

Brás Kleyber Borges Teodoro
 Assessor Contábil
 Contador CRC/GO nº 022.094-O

Danielle Couto de Paiva Ramos
 Gerente de Contabilidade
 Contador CRC/DF nº 021.482-O